

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CURITIBA - PARANÁ**

**GABRIELLA NEVES**, solteira, autônoma, inscrita no CPF nº 333.423.129-33, RG 94566632-0, telefone (41) 98335-4121, e-mail [gabriella.neves@email.com](mailto:gabriella.neves@email.com), residente na Rua das Flores, nº 563, CEP 80300-000, Centro, Curitiba/PR, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu procurador judicial que ao final assina, com fundamento nos artigos **186** e **927** do Código Civil, art. **5º**, **incisos V e X** da Constituição Federal e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, propor a presente

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

**POR CRIME DE DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO**

**em face de: MARCOS ALMEIDA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.654.121-56, portador do RG nº 1613567-PR, nascido em 29/10/1951, residente na Avenida Brasil, nº 76, Bairro Centro, Curitiba/PR, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

---

**1. DA SÍNTESE FÁTICA**

A Autora foi vítima de crimes cometidos pelo Requerido, decorrentes de práticas reiteradas de **discriminação de gênero**, tendo o Réu sido condenado pela prática do crime descrito no art. 20 da Lei nº 7.716/89.

Em **13 de março de 2021**, por volta das **16h04min**, no interior do Condomínio Alexandre, onde residem Autora e Réu, localizado na Rua das Flores, nº 563, Centro, Curitiba/PR, o Réu **Marcos Almeida** desligou o disjuntor de luz do apartamento da Autora sob a justificativa de que o volume da televisão estava alto. Em vez de requerer uma redução dos ruídos, o Réu **externalizou seu desprezo e aversão a pessoas transexuais**, agindo de forma discriminatória.

Em **28 de março de 2021**, também por volta das **19h01min**, no mesmo edifício, o Réu perseguiu a Autora, afirmando que ela deveria se mudar do condomínio, sob o argumento de que o local não era adequado para uma mulher transexual.

A Autora, que reside no Condomínio Alexandre desde 2015, sempre cumpriu com seus deveres de condômina e é bem vista pelos demais moradores, exceto pelo Réu. Desde sua chegada ao condomínio, enfrentou **preconceito e discriminação** por parte do Réu, que à época era síndico do local.

Em uma conversa gravada pela Autora, o Réu afirmou que o condomínio era "de família" e que "não havia espaço" para ela ali. O Réu chegou a fazer acusações infundadas, sugerindo que a Autora fazia programas no apartamento, e impôs regras discriminatórias, como obrigar o cadastro de visitantes apenas para a Autora, o que não era exigido de outros condôminos.

A situação culminou nos atos de março de 2021, quando o Réu desligou o disjuntor do apartamento da Autora e, dias depois, a perseguiu no condomínio com palavras ofensivas, reiterando seu desprezo e aversão.

Esses fatos resultaram em boletim de ocorrência, inquérito policial e posterior ação penal, que culminou na **condenação do Réu pela prática do crime previsto no art. 20 da Lei nº 7.716/89**, em duas ocasiões distintas.

## 2. DOS DANOS MORAIS

Os atos praticados pelo Réu geraram à Autora intenso sofrimento emocional e psicológico, fazendo-a viver com medo de novas agressões e discriminações. Em seu próprio lar, a Autora viu seus direitos violados, sofrendo abalos psicológicos permanentes.

Os danos morais são evidentes, sendo inequívoca a presença de:

- **Ato ilícito:** Prática reiterada de discriminação de gênero pelo Réu;
- **Dano:** Impacto na honra e na saúde psicológica da Autora;
- **Nexo de causalidade:** As agressões e condutas discriminatórias do Réu causaram diretamente os danos sofridos pela Autora.

Diante da gravidade dos fatos e da reiteração da conduta do Réu, é necessário fixar uma indenização por danos morais em **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, considerando os múltiplos atos ilícitos e o impacto duradouro na vida da Autora.

---

## 3. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

1. A citação do Réu para responder à presente ação, sob pena de revelia;
  2. A condenação do Réu ao pagamento de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** a título de indenização por danos morais, considerando a gravidade e a reiteração dos atos;
  3. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente a oitiva de testemunhas e a análise de documentos e gravações anexados;
  4. A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.
- 

Curitiba, 6º de dezembro de 2023.

Marinez Lima Barbosa  
OAB/PR 12665  
Procuradora Judicial da Autora